

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**O Sindicalismo no Governo Lula (2003-2010): Continuidades e Rupturas  
com o Modelo Corporativista Brasileiro**

VICTOR EDUARDO MACIERA

São Carlos  
2025

# **O Sindicalismo no Governo Lula (2003-2010): Continuidades e Rupturas com o Modelo Corporativista Brasileiro**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.  
Orientador: Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade.

São Carlos  
2025

## AGRADECIMENTOS

Ao pensar sobre o fim desta jornada acadêmica, vários sentimentos surgem, rodeados de pessoas e momentos que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Espero que, nestas poucas linhas, eu consiga agradecer de forma especial a cada uma que fez parte da minha formação e de uma etapa muito importante da minha vida.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Elisângela e Emerson, por sempre acreditarem e depositarem confiança em mim. Muito do que sou hoje é graças a eles, e faltam palavras para descrever e agradecer todo o apoio que me deram. Agradeço por todo o carinho e afeto. Muito obrigado!

Entrar no ambiente universitário com dezessete anos não é nada fácil, e a adaptação pode demorar um pouco. Mas, ao ingressar durante o período pandêmico, fui acolhido por pessoas incríveis que me acompanham até hoje e que levarei para a vida. Esta parte do agradecimento é direcionada aos meus amigos que conheci na UFSCar, que estiveram comigo não apenas nos momentos de estudo, mas também no lazer e nas horas difíceis. A cada um dos nomes que citarei, agradeço imensamente pelo carinho, amor e por todos os momentos incríveis. Se estou aqui hoje, grande parte é responsabilidade de vocês. Obrigado por serem minha família. À Ana Veron, Samara Veron, Ana Carolina, Jackson Soares, Carol Chiquitelli, Maryana Nascimento e Gabriela Alberto, obrigado por tornarem esses cinco anos inesquecíveis.

Quero dedicar parte destes agradecimentos aos meus amigos de longa data, Livia Barbosa e Felipe Pisanelli, que estão comigo desde a infância e seguem sendo meu ponto de apoio e afeto. Faltam palavras para agradecê-los. Outra pessoa a quem devo muita gratidão é meu amigo Leonardo Furlan. Obrigado por me apoiar todos os dias e até mesmo "cobrar" quando foi necessário, para que eu escrevesse este trabalho. Muito obrigado por ser uma pessoa tão incrível e dedicar tanto tempo para me ouvir e conversar comigo diariamente. Sempre serei grato a você. Ao Guilherme Taipeiro, meu amigo que conheci em uma festa graças ao ambiente universitário, meus agradecimentos por ser meu porto seguro e por ouvir todos os meus desabafos. Por último, às minhas amigas Mirian Mira, Bruna Martioli, Lavínia Rios, Bruna Lomes e Beatriz Lomes, agradeço por todos os anos de companheirismo, risadas e amor.

Quero agradecer também à Universidade Federal de São Carlos, que se tornou minha casa durante esses anos, onde evoluí como pessoa e amadureci além da idade. Sou imensamente grato não apenas pelo conhecimento, mas por todas as experiências e pessoas que conheci graças à UFSCar. Essa experiência me transformou completamente, e só tenho a agradecer.

Por fim, meus agradecimentos vão para o meu orientador, Thales Haddad, por ter acolhido tão bem a ideia de realizar este trabalho e por ter me auxiliado intensamente, mesmo com um prazo mais apertado. Obrigado pelos conselhos e por toda a orientação. Agradeço imensamente.

## RESUMO

Este trabalho analisa a transformação do sindicalismo nos governos Lula, marcada pela passagem de um movimento de oposição e conflito para uma relação de concertação social com o Estado. A eleição de Lula, ex-sindicalista, representou um ponto de virada, promovendo forte institucionalização do movimento e garantindo às centrais sindicais acesso direto aos centros de poder. Essa aproximação resultou em conquistas como a valorização do salário mínimo, o fortalecimento da negociação coletiva e o reconhecimento legal das centrais. No entanto, a proximidade com o governo gerou um dilema: o apoio a um governo aliado passou a conflitar com o papel crítico e reivindicatório do movimento. Esse contexto fortaleceu as acusações de cooptação e colocou em xeque a autonomia sindical. Com base em autores como Marco Aurélio Santana, Adalberto Moreira Cardoso e Marcio Pochmann, a pesquisa propõe revisitar a bibliografia sobre o tema, realizando uma leitura crítica que permita compreender como tais processos se refletem na atualidade do movimento.

**Palavras-chave:** sindicalismo; concertação social; institucionalização; cooptação; autonomia sindical

## ABSTRACT

This study analyzes the transformation of trade unionism during Lula's governments, marked by the shift from a movement of opposition and conflict to a relationship of social concertation with the State. The election of Lula, a former union leader, represented a turning point, promoting a strong institutionalization of the movement and granting union centrals direct access to centers of power. This rapprochement resulted in achievements such as the increase in the minimum wage, the strengthening of collective bargaining, and the legal recognition of the union centrals. However, the proximity to the government created a dilemma: support for an allied government began to conflict with the movement's critical and advocacy role. This context strengthened accusations of co-optation and called union autonomy into question. Based on authors such as Marco Aurélio Santana, Adalberto Moreira Cardoso, and Marcio Pochmann, the research proposes revisiting the literature on the subject, conducting a critical reading to understand how these processes are reflected in the current context of the movement.

**Keywords:** trade unionism; social concertation; institutionalization; co-optation; union autonomy

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2. NOVO E VELHO SINDICALISMO</b> .....	<b>10</b>
<b>3. SINDICALISMO NO GOVERNO LULA</b> .....	<b>26</b>
<b>4. A INSERÇÃO SINDICAL NO GOVERNO LULA E O IMPACTO POSTERIOR– Uma Síntese Analítica</b> .....	<b>35</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória do sindicalismo brasileiro é marcada por transformações profundas, especialmente no contexto político do início do século XXI, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 2003. Sua eleição representou um marco simbólico e político para o movimento sindical, em especial para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja origem e trajetória estiveram historicamente vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Esse momento foi interpretado por alguns analistas como a materialização de uma antiga aspiração: a de que os trabalhadores, organizados, não apenas apoiassem o governo, mas se tornassem governo (CARDOSO, 2015).

O final da década de 1970 e os anos 1980 testemunharam a emergência de um "novo sindicalismo", caracterizado por greves explosivas e um padrão altamente conflitivo nas relações capital-trabalho, que contestava não apenas a estrutura sindical herdada do Estado Novo, mas também o próprio regime militar. Desse caldeirão de lutas, surgiram instituições que viriam a disputar um projeto de nação baseado na democracia e na inclusão social, como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (RODRIGUES; LADOSKY, 2018).

Contudo, o cenário mudou radicalmente nos anos 1990. O sindicalismo brasileiro viveu uma "inflexão" em sua trajetória (RODRIGUES; LADOSKY, 2018, p. 54). A CUT, outrora notabilizada pelas mobilizações de base, passou por um significativo revés em sua ação, o que a levou a uma mudança estratégica profunda: deixou de se apoiar em uma concepção mais "movimentista" e passou a privilegiar a atuação institucional, convertendo-se de uma "CUT-movimento" para uma "CUT-organização" (RODRIGUES; LADOSKY, 2018, p. 54). Nesse novo contexto, a central adotou o lema da "resistência propositiva" e passou a defender a visão do "sindicalismo cidadão", assumindo espaços de representação da classe para além do mundo do trabalho (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, apud RODRIGUES; LADOSKY, 2018).

No entanto, esse processo também suscitou debates acalorados sobre os rumos e a autonomia do sindicalismo. Enquanto parte da literatura apontava para uma crise do movimento, com queda nas taxas de filiação e suposta perda de capacidade mobilizadora, outros indicadores, como o volume de greves e a eficácia da negociação coletiva, sugerem um cenário mais complexo e paradoxal (CARDOSO, 2015). A percepção de crise esteve

frequentemente associada não apenas a fatores organizativos internos, mas ao ambiente político mais amplo, no qual o projeto hegemônico encampado pela CUT e pelo PT se viu sob intenso processo de oposição.

A relação entre o sindicalismo e o Estado no Brasil sempre foi um elemento central de análise. Desde a estruturação do sistema sindical na Era Vargas, passando pelo controle estrito durante o regime militar, até a redemocratização, as entidades sindicais oscilaram entre a autonomia e a dependência do aparelho estatal (RODRIGUES, 2009). O modelo de sindicalismo que se consolidou, mesmo após a Constituição de 1988, manteve traços de uma representação compulsória e de certa heteronomia organizativa, com os sindicatos funcionando, por vezes, como "órgãos paraestatais" (RODRIGUES, 2009, p. 96).

A chegada de Lula ao poder federal em 2003 reconfigurou profundamente essa relação. Conforme analisa Cardoso (2015), longe de ser uma simples "cooptação" do movimento, tratou-se da ascensão ao Estado de um projeto político gestado no seio do sindicalismo. Centenas de lideranças sindicais, sobretudo da CUT, passaram a ocupar postos estratégicos na administração pública, dos ministérios aos cargos de confiança, materializando uma integração sem precedentes entre o movimento social e o aparelho de Estado.

Nesse contexto, as principais centrais sindicais – CUT, Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), legalizadas pela Lei nº 11.648/2008, passaram a atuar em fóruns tripartites, como o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), e a receber parcelas significativas do imposto sindical, aprofundando sua dependência financeira e política em relação ao Estado (SOARES, 2013).

Este aprofundamento analítico permite compreender que o governo Lula não rompeu com a estrutura sindical anterior, mas, ao contrário, aperfeiçoou o sindicalismo de Estado, beneficiando o que Antunes (2006) chama de "peleguismo e neopeleguismo". A reforma sindical proposta pelo FNT, longe de promover a autonomia sindical, reforçou o caráter cupulista das negociações, transferindo poder para as centrais e restringindo a participação das bases (ANTUNES, 2006; SOARES, 2013).

Apesar desse cenário de acomodação, as bases sindicais não permaneceram passivas, houve um significativo aumento no número de greves em 2008, indicando que, enquanto as cúpulas se aproximavam do governo, setores da classe trabalhadora continuavam a resistir à

precarização. Movimentos como a CSP-Conlutas e a Intersindical surgiram como alternativas de luta, criticando abertamente a legislação trabalhista implementada pelo governo Lula e defendendo um sindicalismo classista e independente (SOARES, 2013).

A pesquisa estrutura-se em três capítulos. O primeiro examina o percurso histórico do sindicalismo brasileiro desde o novo sindicalismo até a eleição de Lula, destacando as mudanças nas relações com o Estado. Será analisada a formação do "novo sindicalismo" no final dos anos 1970, com destaque para as greves do ABC paulista e a atuação da CUT em 1983, bem como o período dos governos Fernando Henrique Cardoso, marcado pela implementação de políticas neoliberais que fragilizaram o movimento sindical, antes da chegada de Lula.

O segundo capítulo analisa as políticas trabalhistas e sociais dos governos Lula e seus impactos sobre o movimento sindical. Serão examinadas as principais conquistas materiais do período, como a valorização do salário mínimo, a expansão do emprego formal e o reconhecimento legal das centrais sindicais, bem como os limites dessas conquistas, particularmente no que se refere à manutenção de aspectos centrais da política econômica ortodoxa e à implementação de reformas que, em certa medida, contrariavam bandeiras históricas do movimento sindical.

O terceiro capítulo investiga os dilemas da concertação social, com ênfase nas tensões entre institucionalização e autonomia, e nas divisões no campo sindical. Será analisado o conceito de "sindicalismo de resultados" e suas implicações para a ação sindical, bem como as críticas provenientes das correntes que optaram pela manutenção de uma postura de oposição ao governo Lula.

Metodologicamente, o trabalho baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, em trabalhos de autores como Cardoso (2015), Rodrigues (2009) e Soares (2013). Utilizando-se de fontes primárias, como documentos oficiais do governo, estatísticas trabalhistas e resoluções das centrais sindicais, e fontes secundárias, constituídas pela produção acadêmica sobre o tema. A análise dos dados seguirá os princípios da análise de conteúdo, buscando identificar as continuidades e rupturas nas relações entre Estado e sindicatos no período estudado.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para a compreensão dos desafios atuais do sindicalismo brasileiro em um contexto de profundas transformações no

mundo do trabalho e de crise do projeto desenvolvimentista inaugurado nos governos Lula. A análise desse período específico permite refletir sobre os limites e possibilidades da ação sindical em contextos de proximidade com o poder estatal, questão que permanece atual no debate sobre a relação entre movimentos sociais e Estado.

Cabe ressaltar que o recorte temporal escolhido, os dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010), justifica-se pela singularidade desse período na história do sindicalismo brasileiro. Foi nesses anos que se consolidou o processo de transição do sindicalismo de oposição para o sindicalismo de concertação, com todas as suas contradições e complexidades. O estudo desse processo à luz da produção acadêmica existente e de dados empíricos permitirá uma avaliação mais fundamentada desse importante capítulo da história recente do Brasil.

Por fim, é importante destacar que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de contribuir para o debate acadêmico sobre as transformações do sindicalismo brasileiro, oferecendo uma análise sistemática e crítica desse período fundamental para a compreensão da trajetória recente do movimento trabalhista no Brasil.

## 2. NOVO E VELHO SINDICALISMO

O movimento sindical brasileiro constitui um ator político e social de extrema relevância na construção da história democrática do país. Sua trajetória é marcada por confrontos, negociações e transformações que refletem os dilemas e as mudanças da própria sociedade. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, um ex-líder sindical que emergiu das greves do ABC Paulista nas décadas de 1970 e 1980, representou um momento singular e paradigmático para as relações entre o Estado e os sindicatos. Este evento histórico coloca uma questão central: de que forma a ascensão de um representante direto do movimento operário ao mais alto cargo do Executivo nacional impactou a estrutura, as estratégias e a identidade do sindicalismo brasileiro?

Para compreender esse complexo relacionamento, é fundamental recorrer à clássica, porém ainda contemplativa, distinção entre o "velho" e o "novo" sindicalismo. O primeiro, associado ao modelo corporativista herdado da Era Vargas, caracterizava-se pela forte intervenção estatal, pelo controle dos sindicatos através de uma estrutura piramidal e pelo ideal de conciliação entre capital e trabalho. Em contrapartida, o "novo" sindicalismo, que eclodiu com força no final dos anos 1970, posicionou-se como uma ruptura crítica a esse modelo. Defendia a autonomia frente ao Estado, a ação direta nas bases, como as greves, e um projeto de transformação social mais amplo, tendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como sua principal expressão política.

A chegada de Lula à Presidência da República criou um cenário inédito para esse "novo" sindicalismo. O novo questionamento que se impõe é se a proximidade com o poder de Estado, antes visto como um antagonista, resultou em uma relação de cooperação e conquistas históricas para a classe trabalhadora, ou se, por outro lado, levou a um processo de cooptação, enfraquecendo a autonomia e o poder de mobilização que caracterizaram o movimento em seus primórdios. Analisar esse período implica investigar as nuances dessa transição: em que medida os sindicatos mantiveram seu papel de contestação e em que medida passaram a atuar como parceiros de governo, influenciando e sendo influenciados pela agenda política lulista.

É justamente na exploração aprofundada dessa dialética entre o "velho" e o "novo" que este trabalho encontra seu ponto de partida. Para permitir uma análise geral do sindicalismo no

Governo Lula (2003-2010), é imprescindível retomar as origens e as características fundamentais desses dois modelos sindicais que moldaram a história recente do movimento no Brasil, e continua, de certo modo, influenciando na própria tomada de decisões desses movimentos,

Dessa forma, este capítulo tende a detalhar o contexto histórico do "velho" sindicalismo, sua estrutura corporativista, e o surgimento do "novo" sindicalismo como força contestatória. Será examinado o percurso de Lula e de outras lideranças que, saindo das fábricas, construíram uma nova forma de organização sindical, culminando na fundação da CUT e do Partido dos Trabalhadores (PT). Este arcabouço histórico não é mero preâmbulo, mas a base essencial para compreender as tensões e os dilemas que o movimento enfrentaria de seus principais expoentes ao assumir o comando do Estado que outrora combatia. A partir dessa fundamentação, será possível analisar, nos capítulos subsequentes, as políticas trabalhistas do Governo Lula, o papel das centrais sindicais e as transformações concretas ocorridas no mundo do trabalho durante esse período emblemático.

O presente capítulo objetiva, portanto, investigar as continuidades e rupturas no modelo sindical brasileiro durante os governos Lula, avaliando os reflexos da proximidade com o poder estatal na ação e na identidade do movimento. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, busca-se contribuir para o debate sobre os desafios da representação classista em um contexto de mudança política.

### **Transformações do Sindicalismo brasileiro**

Em seu texto “Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”, Marco Aurélio Santana (1999, p.103) destaca uma mudança brusca no movimento sindical na virada dos anos 1970 para 1980. Essa transformação foi uma tentativa de romper com as práticas reformistas anteriores, em um contexto de crise global do sindicalismo.

No cenário pós-golpe de 1964, ressurgiu um sindicalismo progressista, marcado pela disputa entre dois blocos principais. De um lado, estavam os combativos (grupo formado pelos autênticos e pelas oposições sindicais, com forte base nos sindicalistas metalúrgicos do ABC). Do outro, a Unidade Sindical (aliança que reunia lideranças tradicionais e militantes da “esquerda tradicional”), como o PCB, o PCdoB e o MR-8.

O bloco combativo posicionou-se firmemente contra os interesses do PCB e do chamado "velho sindicalismo", vendo neles um símbolo de apego ao passado e um obstáculo ao projeto do "novo sindicalismo". Dessa forma, a identidade futura desse grupo construiu-se com base no afastamento e na oposição ao PCB, utilizando o passado como instrumento de disputa pela hegemonia. Essa visão era nutrida pela avaliação negativa da política reformista que o PCB havia adotado no período anterior a 1964.

Ainda, segundo Santana (1999), a produção acadêmica acerca dos temas de sindicalismo tiveram um peso grande na noção de uma ruptura do que a sociologia trata em termos como "novo" e "velho" sindicalismo, representando uma visão de quebra total entre tempos distintos. Como citação, o texto traz Vianna (1986) com a crítica ao pacto populista como erro fundamental primário do movimento, a análise de Luiz Werneck Vianna sobre o sindicalismo fornece a base intelectual do que mais tarde seria entendido como o "pacto populista". Para o autor, a sociedade brasileira era composta por "átomos desconexos", o que tornava a organização sindical autônoma e espontânea inviável.

Diante dessa fragilidade, o autor disserta sobre a colocação de um Estado interventor que organizasse a sociedade de cima para baixo, moldando os sindicatos como peças integrantes de sua estrutura. Nesse modelo corporativista, o sindicato não era um representante autônomo dos trabalhadores, mas sim uma "pessoa de direito público", um órgão estatal criado para manter a harmonia social e suprimir o conflito de classes. Esta visão justificou institucionalmente um sistema de cooptação e controle, no qual a autonomia sindical foi suprimida em troca de reconhecimento legal e recursos estatais, consolidando a essência do pacto populista.

Dessa forma, pode-se sustentar que a influência do "pacto" na cisão entre o passado e o presente do movimento sindical resultou em um processo de cooptação pelo Estado. Ainda que comunistas e anarquistas tenham exercido papel relevante nesse percurso, a questão acerca do denominado "novo sindicalismo" atribuí, em sua maioria, o insucesso à progressiva desvinculação da classe operária. Não obstante, reconhece-se igualmente a inserção de traços corporativistas já nesse estágio de desenvolvimento.

Weffort, analisando o contexto do "novo sindicalismo" que emergiu no final dos anos 1970, via este movimento como a expressão de uma ruptura profunda com o modelo corporativista e populista do Estado Vargas. Para ele, a essência desse novo movimento era a "política do

contra", uma rejeição à tutela estatal e à estrutura sindical oficial, enfatizando a autonomia, a ação direta e a organização de base.

A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) foi o desdobramento lógico e orgânico desse projeto. A figura de Lula era central nesse processo, pois personificava a ponte entre a militância sindical das fábricas e a construção de um projeto de poder nacional. Sua liderança carismática e sua origem operária eram a materialização da autonomia da classe trabalhadora, capaz de criar sua própria representação política sem a intermediação de elites.

A construção da identidade do "novo sindicalismo" passou, necessariamente, pela oposição ao modelo anterior. Para se legitimar como uma força autêntica e representativa, era fundamental que seus líderes demarcassem claramente as diferenças em relação às práticas que associaram ao "sindicalismo populista" e peleguista do passado. Nesse esforço de distinção, a crítica contundente à estrutura sindical corporativa herdada da Era Vargas tornou-se um dos pilares centrais de seu discurso. Como bem sintetiza Marco Aurélio Santana (1999), recuperando a fala do então emergente líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva:

Um dos argumentos mais utilizados pelos “novos sindicalistas” para se distinguirem das lideranças do passado era a sua posição crítica diante da estrutura sindical corporativa brasileira, vista como um entrave imposto ao movimento dos trabalhadores. Segundo Lula, o movimento sindical teria esse “cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho” (NAP.PT.SP, 1981, p. 66). Nossa estrutura sindical, construída de cima para baixo, seria, no seu entender, totalmente inadequada, cabendo aos trabalhadores “acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado”. [...] O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista” (idem, p. 45). (SANTANA, 1999, p. 109).

No entanto, vale ressaltar o dilema que marcaria a trajetória do partido e do próprio Lula, o risco de, ao se aproximar do poder, o movimento abrir mão de sua identidade contestatória. A trajetória posterior, com a eleição de Lula em 2002, concretizou essa tensão. O partido e segmentos do sindicalismo, outrora protagonistas da "política do contra", tornaram-se gestores do Estado, um papel que inevitavelmente demandou alianças e concessões, levando a um distanciamento de suas origens mais radicais.

Esse distanciamento, por sua vez, gerou um profundo mal-estar entre as bases e setores históricos do partido, que passaram a enxergar nas políticas econômicas ortodoxas, na manutenção de superávits primários e na coalizão com figuras do centrão não apenas uma estratégia pragmática de governança, mas uma traição gradual dos ideais originais. A própria retórica do partido começou a se transmutar, substituindo a linguagem de confronto de classes por um discurso de conciliação, que, embora crucial para estabilizar o país, simboliza o abandono de bandeiras que definiam as suas raízes. Dessa forma, a ascensão ao Planalto não representou apenas uma vitória eleitoral, mas a encarnação de um paradoxo fundamental: a necessidade de diluir a identidade que o tornou uma força política relevante para, justamente, conseguir administrar o poder que tanto almejava.

Ademais, segundo a análise seminal de Leôncio Martins Rodrigues (2009), o movimento operário brasileiro, até pelo menos as décadas centrais do século XX, caracterizou-se por uma tríade de fragilidades interligadas: a fraqueza sindical e sua dependência do Estado, a inexistência de partidos operários de massa e a predominância do populismo sobre as ideologias socialistas classistas. Esses aspectos são sintetizados pelo autor como a expressão da "heteronomia organizatória" do proletariado industrial brasileiro, ou seja, sua "reduzida capacidade de atuação autônoma ante as empresas ou ante o Estado" (RODRIGUES, 2009, p. 88).

Em contraste com a trajetória europeia, onde sindicatos e partidos classistas consolidaram-se como atores autônomos, a emergência política do operariado no Brasil deu-se majoritariamente por meio de ideologias populistas, sob a liderança de políticos originários das camadas superiores. Rodrigues (2009, p. 88) afirma que esta emergência "efetuou-se sob ideologias de tipo populista, sob a influência de líderes políticos originários das camadas superiores". Esta dinâmica resultou em uma relação de dependência, na qual os sindicatos, estruturados pelo modelo corporativista varguista, atuavam menos como instrumentos de luta autônoma e mais como "órgãos paraestatais", buscando obter concessões por meio de alianças políticas e da barganha com o Estado, em vez do conflito direto com o patronato.

Essa "vocação 'governista'" (RODRIGUES, 2009, p. 100) era reforçada por fatores estruturais, como o excesso de mão de obra, a alta rotatividade nos empregos, o baixo nível de instru o e a própria composi o recente e de origem rural do proletariado. Tais condi oes dificultavam a forma o de uma solidariedade de classe e coibiam a agressividade reivindicatória, fazendo com que o trabalhador visse no sindicato mais uma entidade de assistência social e jurídica

do que um instrumento de pressão coletiva. Consequentemente, a capacidade de mobilização dos sindicatos era limitada e, como conclui Rodrigues (2009, p. 101), "não há um só país de nível de industrialização equiparável ao brasileiro em que o movimento operário e sindical seja tão fraco". A partir dessa análise é possível visualizar um pano de fundo essencial para se compreender os desafios e as transformações que o sindicalismo brasileiro enfrentaria nas décadas seguintes, inclusive no contexto do Governo Lula.

Essa fragilidade congênita do movimento sindical brasileiro cria um paradoxo histórico que se manifestou de forma aguda no Governo Lula. A chegada ao poder de um ex-líder sindical, que personificava as lutas autonomistas do "novo sindicalismo", colocou em evidência a tensão insolúvel entre o projeto de autonomia classista e as condições estruturais que perpetuam a dependência do Estado. O mesmo operariado que, nas décadas anteriores, dependia da estrutura estatal para garantir direitos básicos via CLT, via-se agora representado no ápice desse mesmo aparelho estatal. Esta contradição explica em grande parte a transformação do discurso contestatório do "novo sindicalismo" em uma prática de gestão e negociação que, embora tenha produzido conquistas materiais significativas para a classe trabalhadora, reatualiza em novos termos aquela mesma "vocação governista" que Rodrigues identificava como marca do sindicalismo brasileiro.

Então para argumentar sobre o que seria esse "novo sindicalismo" O movimento sindical brasileiro passou por transforma es profundas ao longo das últimas décadas, evoluindo de um modelo combativo e classista para uma prática centrada na negocia o e na institucionaliza o. A partir disso, o artigo "Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial", de Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva (2015), foca nas duas principais centrais sindicais do país, a Central única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS), investigando como mudanças ideológicas, contextos políticos e econ micos, e a rela o com o Estado reconfiguraram sua atua o.

A pergunta central  : para onde foram os sindicatos? A hipótese dos autores,   a de que o sindicalismo brasileiro, em especial a CUT, teria abandonado seu caráter confrontacionista e classista em favor de um modelo negocial e de defesa da cidadania, aproximando-se, em alguma medida, do Estado e de práticas antes criticadas.

O chamado "novo sindicalismo" emergiu no final da década de 1970, em um contexto de resistência   ditadura militar e de efervescência das lutas operárias, notadamente as greves do

ABC paulista. Esse movimento representava uma ruptura com o sindicalismo oficial e atrelado ao Estado, herança da Era Vargas. Lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva tornaram-se símbolos dessa nova postura, que defendia a autonomia sindical, a liberdade de organização e a ampliação dos direitos da classe trabalhadora, diante disso, a figura da CUT aparece como ponto central ao se discutir as figuras dos sindicatos no Brasil.

### **O surgimento da CUT**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, consolidou-se como a principal expressão desse novo projeto. Sua origem decorreu da confluência de diferentes correntes, como as “lideranças autênticas” e as “oposições sindicais”, unidas pelo objetivo comum de construir um sindicalismo autônomo, livre e independente do Estado e do patronato (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 511). Na década de 1980, a CUT caracterizou-se por um sindicalismo de confronto, com forte ênfase na mobilização de base, assembleias, piquetes, greves gerais e ocupações de fábricas. Seu ideário estava vinculado a um projeto classista e, em muitos momentos, à perspectiva socialista, entendendo que a transformação da sociedade passava pela organização autônoma dos trabalhadores.

Conforme assinalam Antunes e Silva (2015, p. 515), a CUT nasceu rejeitando as formas de conciliação de classe, defendendo especialmente durante o período de sua formação ao longo da década de 1980 uma ação sindical mais combativa nos embates dos trabalhadores com governos e patrões. Esse período, denominado de “fase heroica”, foi marcado por significativa capacidade de mobilização e por uma clara orientação de ruptura com a ordem estabelecida.

A virada para a década de 1990 representou um ponto de inflexão na trajetória da CUT. O cenário econômico e político mudou radicalmente com a ascensão do neoliberalismo nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), marcado por políticas de privatização, abertura comercial, flexibilização trabalhista e reestruturação produtiva. Esse contexto externo, somado a dinâmicas internas, impulsionou uma significativa mudança na práxis da Central.

Segundo os autores, a partir do 3º CONCUR (1988), e consolidando-se no 4º CONCUR (1991), a CUT iniciou um processo de abandono progressivo do confronto em favor de uma postura mais pragmática e negociadora. A hegemonia interna da Articulação Sindical foi

fundamental nesse processo, defendendo um “sindicalismo propositivo” que privilegiava a negociação em detrimento da mobilização. A greve, outrora instrumento central de luta, passou a ser vista como uma espécie de último recurso, após esgotadas todas as possibilidades de diálogo, Antunes e Silva (2015), ao examinarem essa mudança paradigmática no interior da central, explicam que:

A tese do fim da “fase heroica” fundamentava-se na concepção de que, nos primeiros momentos de criação, dada a necessidade de adquirir maior legitimidade junto às suas bases, haveria maior disposição em desencadear lutas e estratégias sindicais mais radicalizadas, ofensivas ou confrontacionistas, informadas de modo acentuado pelo ethos socialista. Desta forma, os caminhos trilhados pelo sindicalismo propugnado pela CUT, do momento de sua fundação ao seu 3º Congresso, que ocorreu em 1988, “representou o período de sua construção e afirmação, cuja fase mais movimentista, libertária, socialista e de confrontação, enfim, heroica encerra-se com o III CONCURTO” (RODRIGUES, 1997, p. 118 apud ANTUNES; SILVA, 2015, p. 516).

Essa nova orientação ficou evidente em documentos e resoluções da Central. Na 5ª Plenária Nacional da CUT (1992), destacava-se a necessidade de superação do fracasso e pulverização resultante do atual sistema de organização e negociação por categoria (CUT, 1992, p. 32, apud ANTUNES; SILVA, 2015, p. 516). A Central passou a valorizar a participação em fóruns institucionais, câmaras setoriais e espaços de negociação tripartite. Paralelamente, ocorreu um deslocamento discursivo fundamental: o conceito de “cidadania” substituiu progressivamente o de “classe” como eixo central de sua atuação. A luta por direitos sociais e trabalhistas foi sendo reinterpretada como uma busca pela ampliação dos espaços de cidadania, em um movimento que, segundo os autores, esvaziou o conteúdo classista do projeto original.

Enquanto a CUT passava por essa transição interna, a cena sindical foi alterada com a fundação da Força Sindical (FS) em 1991. A FS surgiu com um projeto explicitamente distinto, alinhado aos preceitos neoliberais e apresentando-se como uma alternativa ao “radicalismo inconsequente” da CUT e ao “conformismo paralisante” do sindicalismo tradicional. Sua proposta baseava-se no “sindicalismo de resultados”, que rejeitava a luta de classes e defendia a colaboração entre capital e trabalho, ou seja, uma proposta mais alinhada ao modelo advento do neoliberalismo.

A FS posicionou-se a favor da modernização conservadora, das privatizações e da desregulamentação do mercado de trabalho. Sua concepção de cidadania estava intimamente vinculada à lógica de mercado, na qual o trabalhador era visto primordialmente como produtor e consumidor. Conforme destacam Antunes e Silva (2015, p.521), a Força Sindical engajou-se, ofensivamente, no processo de implementação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, com a disseminação ideológica do neoliberalismo. A Central defendia que o conflito entre capital e trabalho era um dado natural em uma economia de mercado, cabendo aos sindicatos a função de administrá-lo, e não suprimi-lo.

Um dos argumentos centrais do artigo é que, apesar das origens e trajetórias diametralmente opostas, CUT e Força Sindical convergiram para um modelo comum a partir dos anos 2000, especialmente com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal. Esse modelo é denominado pelos autores como “sindicalismo negocial de estado”.

Com a eleição de Lula em 2002, ambas as centrais passaram a atuar como parceiras do governo, ocupando cargos no aparelho estatal, gerenciando fundos de pensão e participando de conselhos e ministérios. A CUT, que outrora combatia a estrutura sindical atrelada ao Estado e o Imposto Sindical, passou a receber verbas públicas e a depender de certa forma financeiramente do Estado. Essa aproximação representou um afastamento definitivo do ideal de autonomia sindical que marcou sua fundação.

Antunes e Silva (2015, p. 525) afirmam que “o mundo negocial e a dependência estatal (política, ideologia e financeira) passaram, também, a fazer parte, ainda mais intensamente, do cotidiano daquele que, no passado recente, havia sido positivamente designado como novo sindicalismo”. O sindicalismo negocial de estado seria, portanto, uma síntese contraditória que mesclava a herança mais ligada a um modelo anteriormente criticado no “velho sindicalismo”, que de certa forma volta de maneira ainda mais forte por outra vertente (presente na FS), o burocratismo institucional (adotado pela CUT) e a influência do ideário neoliberal, com sua ênfase na negociação e na defesa da cidadania em detrimento da luta de classes.

A análise dessas forças sindicais através de Antunes e Silva (2015) permite uma interessante observação de que os sindicatos brasileiros, em especial a CUT, passaram por um profundo processo de transformação que os levou de um projeto de classe, combativo e autônomo, para um modelo negocial, institucionalizado e com forte dependência do Estado. A pergunta “para

onde foram os sindicatos?” encontra resposta na constatação de que eles migraram para o interior do aparelho estatal, em um movimento de cooptação e burocratização que os afastou de suas bases e de seu potencial transformador.

O “novo sindicalismo”, que outrora representou uma esperança de renovação e de construção de um projeto emancipatório para a classe trabalhadora, teria dado lugar a esse chamado “sindicalismo negocial de estado”, mais preocupado com a gestão dos conflitos do que com a sua superação. Essa trajetória não apenas alterou o perfil das lideranças e das práticas sindicais, mas também redefiniu o próprio destinatário da ação sindical, deslocando-o da classe trabalhadora para o cidadão, em um contexto de hegemonia neoliberal.

Adalberto Cardoso (2015), em seu texto "Dimensões da Crise do Sindicalismo Brasileiro", contribui para o debate sobre as múltiplas faces do "novo sindicalismo" ao examinar dados fundamentais sobre o declínio nas taxas de filiação e a expansão dos sindicatos. A análise desses indicadores é essencial para compreender a profunda reorientação estratégica das centrais sindicais que, após um período de maior combatividade, passaram a privilegiar uma política de negociação. Esse movimento, conforme demonstra o autor, não é meramente tático, mas reflete uma adaptação estrutural a um contexto econômico e legal transformado, marcado pela precarização do trabalho e por novas formas de organização produtiva.

Cardoso (2015), oferece uma análise mais estrutural da crise sindical, questionando a narrativa hegemônica de declínio inexorável. Seu trabalho revela um paradoxo fundamental: enquanto as taxas de filiação sindical apresentam queda acentuada de 21% em 2006 para 16,6% em 2013 entre assalariados urbanos, a ação sindical mantém-se eficaz em dimensões cruciais como a negociação coletiva e a organização de greves. O autor demonstra que o número de greves atingiu 1.901 em 2013, o maior volume em 22 anos, sendo 75% delas consideradas vitoriosas. Além disso, a partir de 2005, a proporção de acordos coletivos que garantiram reajustes salariais acima da inflação raramente ficou abaixo de 70%, chegando a superar 90% em anos como 2012 e 2014.

A convergência entre essas duas perspectivas revela-se na análise da estrutura sindical brasileira. Ambos os estudos destacam a persistência do imposto sindical e do papel regulador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como fatores determinantes na configuração atual do movimento sindical. Cardoso (2015) detalha como decisões do Tribunal Superior do Trabalho em 2002 e a Lei nº 11.648/2008 efetivamente restauraram o controle estatal sobre a

criação e o reconhecimento de sindicatos, resultando em significativa "perda de autonomia sindical". Esse arcabouço institucional cria um ambiente de dependência financeira e institucional que corrobora a tese de Antunes e Silva sobre o "sindicalismo negocial de estado".

A questão do financiamento revela-se central para compreender a dinâmica atual do movimento sindical. Esse modelo baseado no imposto sindical alimenta um processo de oligarquização, onde sindicatos com poucos filiados podem manter-se financeiramente através dos recursos compulsórios. Essa estrutura cria incentivos perversos: baixas taxas de filiação podem ser vantajosas para as lideranças, pois facilitam o controle sobre as eleições sindicais. As centrais sindicais, por sua vez, tornaram-se atores poderosos nesse sistema - em 2014, a CUT recebeu mais de R\$55 milhões do imposto sindical, valor equivalente ao fundo partidário de grandes legendas como PT e PMDB.

Essa configuração institucional ajuda a explicar o paradoxo identificado por Cardoso, a ação sindical mantém eficácia instrumental na negociação coletiva, mas convive com uma incapacidade de gerar solidariedade e participação duradouras entre os trabalhadores. A estrutura atual favorece a reprodução de uma elite sindical mais interessada em gerir recursos e manter o controle institucional do que em mobilizar e representar ativamente as bases trabalhistas.

A dimensão política da crise sindical apresenta nuances importantes na comparação entre os autores. Enquanto Antunes e Silva enfatizam uma "cooptação" do movimento pelo Estado, Cardoso argumenta que a CUT e outras centrais não foram simplesmente cooptadas, mas sim que chegaram ao poder com o PT, materializando o que denomina de "utopia varguista da gestão do capitalismo pelo trabalho organizado". No entanto, ambos reconhecem que o sucesso inicial desse projeto deu lugar a uma profunda crise no projeto sindical.

Em contraponto à tese da cooptação, a perspectiva de Cardoso (2015) defende que a ascensão do PT e de setores majoritários do sindicalismo ao poder representou, na verdade, a coroação bem-sucedida de um projeto político de longa data. Nesta visão, a relação orgânica forjada ao longo da história entre partido e centrais sindicais não pode ser reduzida a um processo de assimilação pelo Estado, mas sim entendida como a conquista do aparelho estatal por esse projeto. É nesse contexto que se insere a seguinte interpretação:

Nesse quadro, pareceu-me, e ainda me parece, despropositado tratar como cooptação do movimento sindical a história de sucesso de um projeto político que uniu, desde o berço, o PT, a CUT e um conjunto amplo de movimentos sociais ao longo da história. A CUT ou a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB, dissidência da CUT ligada ao Partido Comunista do Brasil, PCdoB) não foi “cooptada”. Bem ao contrário: o projeto político alimentado pela CUT, ou pelas facções majoritárias da central, chegou ao poder federal em 2003 com o PT (CARDOSO, 2015, p. 503).

A análise integrada dessas perspectivas revela uma crise multidimensional do sindicalismo brasileiro. Os desafios são simultaneamente estruturais com uma legislação que incentiva a fragmentação e a dependência financeira do Estado, organizacionais com processos de oligarquização e afastamento das bases, políticos com a crise do projeto que uniu sindicalismo e governo e econômicos com a transformação do mercado de trabalho marcada pela precarização e alta rotatividade.

O movimento sindical brasileiro encontra-se, assim, em uma encruzilhada histórica. Apegar-se aos mecanismos tradicionais de financiamento e reprodução pode garantir sua sobrevivência institucional no curto prazo, mas às custas de um afastamento ainda maior de sua base social e de sua capacidade de formular projetos políticos transformadores. A reinvenção do movimento, capaz de capturar os anseios de uma nova geração de trabalhadores em um contexto de trabalho profundamente alterado, permanece como seu maior desafio para as próximas décadas.

O sindicalismo brasileiro, conforme analisado por Marcio Pochmann (2005), enfrenta um conjunto de desafios profundos a partir da década de 1990, em um contexto marcado pela implementação do projeto político neoliberal. Como já foi discutido, este período foi caracterizado pela estagnação das atividades econômicas e pela expansão da exclusão social, fatores que tiveram sérias implicações para a atuação dos sindicatos de trabalhadores.

### **Sindicalismo brasileiro a partir dos anos 1990**

Historicamente, a estrutura sindical formal manteve-se resiliente através de períodos ditatoriais e democráticos, mas a partir dos anos 1990, ingressou em uma nítida fase de transição. Esta fase é identificada por ações mais defensivas, voltadas à proteção das conquistas históricas, e por atitudes reativas que almejam a transformação do sistema de relações de trabalho.

A crise do emprego, com taxas de desemprego inéditas e um acentuado processo de desassalariamento e precarização, constitui o cerne do enfraquecimento sindical. Pochmann (2005, p. 164) associa essa fragilização à redução nas taxas de sindicalização e na quantidade de greves, acompanhada por uma mudança na política sindical, que passou a priorizar a defesa de conquistas trabalhistas e a participação em órgãos tripartites. Paralelamente, observa-se a expansão de um sindicalismo corporativista, focado na prestação de serviços ao segmento assalariado formal, cuja participação relativa no total da ocupação diminuiu, e uma pulverização das negociações coletivas, que se tornaram mais descentralizadas e fragmentadas.

As transformações no mundo do trabalho foram fundamentais para reconfigurar a base de atuação sindical. Pochmann (2005, p. 6-9) detalha sete grandes modificações na classe trabalhadora formal nos anos 1990: 1) a expansão do emprego em estabelecimentos de menor porte (até 19 empregados); 2) uma leve redução na rotatividade, ainda que em patamares historicamente altos; 3) um envelhecimento relativo da força de trabalho, com maior concentração de trabalhadores entre 30 e 49 anos; 4) a elevação do nível de escolaridade dos empregados, em um contexto de escassez de vagas que permitiu maior seletividade patronal; 5) a manutenção de uma alta instabilidade contratual; 6) o aumento das desigualdades de remuneração; e 7) a flexibilização da legislação trabalhista, que foi alterada de forma pontual e "anestésica", esvaziando a eficácia do sistema de relações de trabalho.

Em resposta a esse cenário, a ação sindical sofreu alterações significativas, distinguindo-se por cinco características principais no período. A primeira foi a drástica redução no número de greves, que, após atingir o ápice em 1989, sofreu uma queda de mais de 80% entre 1990 e 1992 (2005, p.173). A segunda foi o aumento da judicialização dos conflitos, com um crescimento expressivo de processos individuais e coletivos na Justiça do Trabalho, indicativo da fragilidade da negociação direta. A terceira característica foi a inversão da tendência de crescimento da taxa de sindicalização, iniciando um processo de "dessindicalização", ainda que o número absoluto de sindicatos tenha aumentado, sugerindo pulverização e perda de representatividade.

A quarta foi a descentralização e fragmentação das negociações coletivas, realizadas cada vez mais no nível da empresa, o que ampliou a heterogeneidade de condições e remunerações. Por fim, a quinta característica foi a maior participação dos sindicatos em fóruns institucionais

de políticas públicas, uma contraditória conquista de espaço que, entretanto, carrega o risco de burocratização e cooptação pelas agendas governamentais.

O texto de Pochmann avalia que o movimento sindical brasileiro se encontra em um período de acomodação geral, impulsionado por políticas neoliberais que restringiram o crescimento econômico e ampliaram a exclusão social.

Essa acomodação geral, no entanto, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno passivo, mas também como o resultado de um processo ativo de institucionalização. Foi justamente durante os governos do PT, a partir de 2003, que o sindicalismo brasileiro, e a CUT em particular, diante da nova realidade de acesso ao Estado, passou por suas transformações mais profundas.

O sindicalismo brasileiro, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), passou por transformações profundas durante os governos Lula e Dilma (2003–2015). Esse período representou tanto a consolidação de uma trajetória de lutas iniciada no final dos anos 1970 quanto a adoção de uma postura crescentemente institucional, que, segundo análise de Ladosky e Rodrigues (2018), acabou por distanciar a central de suas bases e limitar sua capacidade de mobilização em defesa de pautas estruturais da classe trabalhadora.

A CUT, que emergiu no cenário nacional como expressão do “novo sindicalismo”, caracterizou-se inicialmente por um perfil contestatório e por forte vinculação com movimentos sociais. No entanto, a partir dos anos 1990, e de forma mais acentuada durante os governos petistas, a central passou por um processo de institucionalização, transformando-se de um movimento social em uma organização com forte atuação em espaços de negociação tripartite e de formulação de políticas públicas. Esse movimento ficou conhecido como a transição da “CUT-movimento” para a “CUT-organização” (LADOSKY; RODRIGUES, 2018, p. 54).

Nos governos Lula e Dilma, a atuação da CUT e de outras centrais foi marcada pela participação em fóruns como o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), conselhos setoriais e conferências nacionais. Essa estratégia rendeu conquistas importantes, como a valorização do salário mínimo, que teve ganho real de 77% entre 2003 e 2015 e a garantia de reajustes salariais acima da inflação na maioria das categorias. No entanto, a proximidade com o governo também implicou a adoção de uma postura menos combativa, o que, segundo os autores, resultou na dificuldade de avançar em bandeiras históricas, como a redução da

jornada de trabalho para 40 horas semanais e a regulamentação do fim da terceirização (LADOSKY; RODRIGUES, 2018, p. 60).

Além disso, o reconhecimento legal das centrais sindicais pela Lei nº 11.648/2008, que garantiu a essas entidades acesso a parte da contribuição sindical, aprofundou a dependência financeira do movimento em relação ao Estado e fomentou a fragmentação sindical, com a criação de inúmeros sindicatos de baixa representatividade. Esse fenômeno, longe de fortalecer a organização autônoma dos trabalhadores, reforçou o que os autores identificam como um “neocorporativismo”.

Paradoxalmente, enquanto a CUT aprofundava sua atuação institucional, eclodiram em todo o país greves e mobilizações independentes, as chamadas “greves selvagens”, notadamente em setores como a construção civil, portos e obras de infraestrutura. Esses movimentos, muitas vezes organizados à revelia das direções sindicais, evidenciaram o distanciamento entre a cúpula da central e as condições precárias vivenciadas por amplos setores da classe trabalhadora. Para Ladosky e Rodrigues (2018, p. 69), tais greves representavam “a fissura entre os espaços de ação institucional do sindicalismo e o mundo real e precário do trabalho”.

Diante desse cenário, talvez o principal dilema do sindicalismo brasileiro na atualidade é reconectar-se com os trabalhadores, especialmente a partir de uma organização efetiva nos locais de trabalho. A crise política e econômica instaurada a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a subsequente reforma trabalhista, apenas reforçou a urgência dessa reinvenção. Para seguir relevante, o movimento sindical precisa, portanto, compatibilizar a atuação institucional com a mobilização de base, representando não apenas os trabalhadores formais e organizados, mas também aqueles inseridos em setores precarizados e informais.

O sindicalismo brasileiro tem sido, historicamente, um importante ator político e social, com destaque em momentos como as lutas pela redemocratização nos anos 1980. No entanto, nas últimas décadas, tem enfrentado uma crise profunda, agravada a partir de 2016, que coloca em xeque sua capacidade de representação e mobilização. Conforme analisa Oliveira (2020), essa crise não é apenas conjuntural, mas resulta da combinação de desafios estruturais antigos e novos processos sociais que reconfiguraram o mundo do trabalho. O presente texto busca sintetizar os principais pontos levantados pelo autor, destacando os obstáculos atuais e as possíveis rotas de superação.

Essa necessidade urgente de reinvenção e reconexão com as bases, no entanto, deve ser compreendida à luz de uma trajetória histórica de conquistas e contradições. Embora o sindicalismo brasileiro tenha sido, historicamente, um importante ator político e social, com destaque em momentos como as lutas pela redemocratização nos anos 1980, sua trajetória recente o coloca diante de um desafio existencial.

A partir deste capítulo é possível reconstituir a trajetória histórica e as fundamentais dicotomias entre o “velho” e o “novo” sindicalismo, e investigar como o movimento sindical se comportou durante os governos Lula (2003-2010). Ficou evidente que a distinção clássica entre os dois modelos o primeiro, atrelado ao Estado e de caráter corporativista, e o segundo, autônomo, combativo e classista é central para compreender os dilemas que se avolumaram com a ascensão de um ex-líder sindical à Presidência da República.

A análise demonstrou que o “novo sindicalismo”, cuja expressão máxima foi a CUT, emergiu como um projeto de ruptura com o modelo varguista, defendendo a autonomia, a ação direta e a construção de um poder político próprio, materializado no PT. No entanto, como apontado pelos autores revisados, a partir dos anos 1990, e de forma mais aguda com a chegada ao poder federal em 2003, esse movimento iniciou um profundo processo de transição. A necessária adaptação a um contexto neoliberal e a sedução pela gestão do Estado catalisaram a passagem de um sindicalismo de confronto para um sindicalismo negocial.

Os estudos de Antunes e Silva (2015), Cardoso (2015), Pochmann (2005), e Ladosky e Rodrigues (2018), entre outros, convergem ao apontar que essa transformação resultou em um paradoxo: a mesma CUT que outrora combatia a estrutura estatal tornou-se parte fundamental dela, adotando uma prática de negociação e gestão que, ainda que tenha conquistado avanços materiais importantes para os trabalhadores, implica um distanciamento de suas bases, uma burocratização de suas estruturas e um esvaziamento de seu conteúdo classista original. A criação do “sindicalismo negocial de estado” representa, portanto, uma síntese contraditória, que reelabora, em novos termos, a antiga “vocação governista” identificada por Leôncio Martins Rodrigues no sindicalismo brasileiro.

Dessa forma, este capítulo conclui que a chegada de Lula ao poder não significou uma simples continuidade ou uma ruptura absoluta, mas sim uma complexa reconfiguração das relações entre sindicalismo e Estado. O projeto de autonomia do “novo sindicalismo” foi tensionado e, em grande medida, absorvido pelas estruturas de dependência e cooptação que são históricas

no Brasil. O palco ficou, então, montado para o aprofundamento desta análise nos capítulos subsequentes, onde se examinará concretamente como essas continuidades e rupturas se manifestaram nas políticas trabalhistas do período, no papel das centrais sindicais e nas transformações do mundo do trabalho, permitindo uma avaliação mais precisa do legado do Governo Lula para o sindicalismo brasileiro.

### **3. SINDICALISMO NO GOVERNO LULA**

A trajetória do sindicalismo brasileiro, especialmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao longo dos anos 1990 foi marcada por uma adaptação pragmática ao cenário neoliberal, um processo que Antunes e Silva (2015) caracterizam como a transição de um "sindicalismo de confronto" para um "sindicalismo negocial". Contudo, foi com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 que essa transformação atingiu seu ápice, colocando o movimento diante de um novo e complexo paradigma: a passagem da posição de contestação à gestão do Estado. Se, por um lado, setores críticos enxergam nesse período a consolidação de uma "fértil engenharia da cooptação" e a ressuscitação de um "sindicalismo de estado" (ANTUNES; SILVA, 2015), por outro, analistas como Cardoso (2015) argumentam ser "despropositado tratar como cooptação" um processo que representaria, na verdade, a chegada ao poder do próprio projeto político construído pelo movimento.

É justamente essa dialética entre cooptação e conquista, e os seus desdobramentos práticos, que o presente capítulo se propõe a analisar, investigando os caminhos, contradições e transformações do sindicalismo durante os governos Lula.

#### **A Conquista do Poder: Realização de um Projeto Histórico**

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 representou um marco histórico para o sindicalismo brasileiro, particularmente para a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este evento, longe de ser um mero episódio eleitoral, foi a materialização de um projeto político de décadas em gestação. No entanto, a chegada ao poder de um partido de origem sindical colocou o movimento diante de um paradoxo fundamental: a transição da posição de contestação para a gestão do Estado. A análise de Adalberto Cardoso (2015) em "Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro" oferece uma lente privilegiada para compreender essa complexa relação, argumentando que a chamada "crise" do sindicalismo está intrinsecamente ligada a essa nova condição.

Para Cardoso (2015), é um equívoco analítico caracterizar a relação entre o governo Lula e as centrais sindicais como um processo de "cooptação". O autor defende que se tratou, na verdade, da coroação de um projeto político orgânico. Em suas palavras:

Nesse quadro, pareceu-me, e ainda me parece, despropositado tratar como cooptação do movimento sindical a história de sucesso de um projeto político que uniu, desde o berço, o PT, a CUT e um conjunto amplo de movimentos sociais ao

longo da história. A CUT ou a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB, dissidência da CUT ligada ao Partido Comunista do Brasil, PCdoB) não foi “cooptada”. Bem ao contrário: o projeto político alimentado pela CUT, ou pelas facções majoritárias da central, chegou ao poder federal em 2003 com o PT (CARDOSO, 2015, p. 503).

Essa conquista do aparelho de Estado se deu de forma concreta e abrangente. Lula não apenas levou consigo para o governo as bandeiras do movimento, mas também centenas de suas lideranças. Cardoso (2015, p. 511) enumera nomes como Antônio Palocci, Luís Marinho, Luís Gushiken, Jaques Wagner, entre outros, que ocuparam postos estratégicos na administração direta e indireta. Além disso, 44 dos 91 deputados federais eleitos pelo PT em 2002 tinham origem no movimento sindical (LUCCA, 2011 apud CARDOSO, 2015). Nesse contexto, a CUT tornou-se um "importante manancial de novas elites, agora de extração popular, com lastro no mundo do trabalho, aptas à gestão do Estado capitalista" (CARDOSO, 2015, p. 511). Esse fenômeno é interpretado pelo autor como o cumprimento de uma "profecia varguista", na qual os trabalhadores, finalmente, "seriam o governo" (CARDOSO, 2015, p. 511), dando à acumulação capitalista condições socialmente menos turbulentas para prosperar.

### **A Institucionalização do Movimento e Seus Paradoxos**

Paradoxalmente, essa conquista do poder é apontada por Cardoso (2015) como uma das dimensões centrais da crise sindical. A estrutura herdada da era Vargas, baseada no imposto sindical e na unicidade, foi mantida e até reforçada, pois era o próprio terreno que havia permitido o vicejar do movimento. Abrir mão desses mecanismos significaria inaugurar um ambiente de incerteza, algo que as lideranças, agora no poder, estavam pouco dispostas a avaliar. A legislação que permitiu às centrais sindicais acesso a uma fatia de 10% do imposto sindical (Lei Nº 11.648/2008) é um exemplo desse fortalecimento do status quo. Esse novo fluxo de recursos, no entanto, criou um "círculo de interesses investidos" (CARDOSO, 2015, p. 514). As centrais, agora financiadas por uma fonte estável, passaram a disputar ferozmente o controle dos sindicatos de base, cuja principal função, nessa lógica, tornou-se garantir acesso a essa verba.

Esse cenário acelerou um processo de oligarquização e fragmentação do movimento. A competição por sindicatos e filiados para aumentar a fatia no rateio do imposto fez com que as centrais se tornassem, na expressão de Cardoso (2015, p. 514), "gigantes com pés de barro": estruturas de cúpula robustas financeiramente, mas sustentadas por bases sindicais esvaziadas.

O autor demonstra que, enquanto as centrais se fortaleciam, os sindicatos de base enfrentavam uma queda acentuada em suas taxas de filiação, que caíram de 21% em 2006 para 16,6% em 2013 (CARDOSO, 2015). Para piorar, baixas taxas de filiação podem ser convenientes para o controle oligárquico, pois "são a forma mais segura de controlar as eleições, ou de restringi-las a eleitores confiáveis, com isso reduzindo o risco de perda das entidades, cujo controle garante acesso ao imposto sindical" (CARDOSO, 2015, p. 514).

Apesar desse quadro interno desfavorável, a ação sindical em sua face instrumental manteve-se eficaz. Cardoso (2015) apresenta dados que contradizem a narrativa de um movimento inerte. O número de greves atingiu seu ápice em 22 anos em 2013, com 1.901 paralisações, sendo 75% delas consideradas vitórias totais ou parciais em 2012. Na negociação coletiva, a eficácia foi ainda mais notável: desde 2005, a proporção de acordos com reajustes acima da inflação esteve quase sempre acima de 80%, atingindo 94,6% em 2012 (CARDOSO, 2015). Isso demonstra que, na defesa imediata de salários e condições de trabalho, o sindicalismo soube aproveitar o ambiente econômico favorável e manteve seu poder de barganha.

Contudo, a "crise" apontada por Cardoso (2015) é menos quantitativa e mais qualitativa, expressiva e política. O movimento, ao se tornar gestor do Estado, perdeu parte de sua capacidade de "nuclear projetos políticos mais amplos" e de "capturar o novo" (CARDOSO, 2015, p. 508). As "jornadas de junho" de 2013, que eclodiram à margem dos sindicatos, são o exemplo máximo desse divórcio entre o movimento institucionalizado e as novas formas de mobilização social. A crise de confiança nas instituições, que também atingiu os sindicatos, cujo índice de confiança caiu de 46 pontos em 2009 para 37 em 2013 (CARDOSO, 2015).

### **O Governo Lula e a CUT: Tensões e Ambiguidades**

Ao falar sobre a chegada de Lula ao poder, é inevitável não falar sobre sua ligação com a CUT, inaugurando um novo período de profundas transformações e paradoxos na relação entre Estado e sindicatos. Como destaca Oliveira, Bridi e Ferraz, a chegada de Lula à Presidência da República trouxe novos desafios para o movimento sindical (2014), especialmente para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que mantinha laços históricos com o Partido dos Trabalhadores (PT). Este período foi marcado pela tensão entre a expectativa de reversão das políticas neoliberais dos anos 1990 e a necessidade de manter a autonomia sindical frente a um governo aliado.

O governo Lula assumiu em um cenário de crise sindical herdada dos anos 1990, caracterizada pela flexibilização das relações de trabalho, alto desemprego e fragmentação do movimento. Conforme apontam Araújo e Oliveira, a eleição de Lula representou uma novidade na situação política no país, gerando expectativas de que um ex-sindicalista pudesse reverter esse quadro. No entanto, a realidade mostrou-se complexa: “o caráter contraditório e complexo do Governo Lula tem levado o sindicalismo a um posicionamento confuso, ambíguo, contraditório” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 18). A dupla condição de Lula, como representante do movimento sindical e chefe de um governo de coalizão, exigiu dos sindicatos um equilíbrio delicado entre apoio e crítica.

### **Os Espaços Institucionais de Diálogo e Suas Limitações**

Uma das principais inovações do governo Lula foi a criação de espaços institucionais de diálogo tripartite, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). No entanto, a efetividade desses espaços foi limitada, “o sentido da participação institucional não avançou na direção da concertação social” (2009, apud ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 42), esvaziando-se ao longo do tempo. Apesar disso, a presença de quadros sindicais em cargos governamentais aprofundaram a integração entre movimento sindical e Estado, gerando críticas sobre a perda de autonomia.

O período foi marcado por conquistas significativas, como a valorização do salário mínimo, a geração de empregos formais e o reconhecimento legal das centrais sindicais pela Lei nº 11.648/2008. Conforme dados do DIEESE, entre 2003 e 2007, foram criados 8,9 milhões de empregos com carteira assinada (2009, apud ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 45). No entanto, reformas polêmicas, como a da Previdência em 2003, e escândalos políticos, como o “mensalão”, pressionaram ainda mais a relação. Esses eventos acirraram divergências internas na CUT, levando à criação de novas centrais, como a CONLUTAS, que se posicionava em oposição aos governos Lula e Dilma (GALVÃO; TRÓPIA; MARCELINO, 2013).

As percepções sobre o governo Lula variaram conforme a orientação político-ideológica de cada central. Enquanto dirigentes da CUT e da Força Sindical destacaram o aumento do diálogo e a abertura de espaços participativos, representantes de setores críticos, como o ANDES-SN, enfatizaram retrocessos. Um dirigente da CUT afirmou: “A expectativa nossa foi nesse sentido de achar que melhorava o cenário, de que melhorava o diálogo, de abrir

portas" (FERRAZ; BRIDI, 2014, p. 104). Essas visões refletem a fragmentação do movimento sindical e a complexidade de se relacionar com um governo de origem trabalhista.

O governo Lula representou um período de ambiguidades para o sindicalismo brasileiro. Se, por um lado, houve avanços em termos de diálogo social, reconhecimento institucional e conquistas materiais, por outro, a proximidade com o Estado gerou dilemas sobre autonomia e representatividade. Como sintetiza Estanque, “o papel do sindicalismo moderno continua a passar pela sua capacidade em gerar o equilíbrio, sempre instável e precário, entre a ‘negociação’ e o ‘protesto’” (2014).

### **O Sindicalismo do ABC na Era Lula**

A relação entre o movimento sindical e o Estado no Brasil sempre foi marcada por tensões e cooperações, mas foi durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que essa dinâmica atingiu um patamar inédito. A ascensão de um ex-líder sindical à Presidência da República representou a consolidação política do chamado “novo sindicalismo”, originado nas greves do ABC Paulista no final dos anos 1970. Este período, no entanto, não foi isento de contradições, uma vez que a proximidade com o poder exigiu do sindicalismo a redefinição de suas estratégias e a negociação constante entre suas bases classistas e as demandas de um projeto nacional de desenvolvimento.

A trajetória do sindicalismo do ABC, especialmente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi fundamental para a formação de uma identidade política que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como destacam Ramalho e Rodrigues (2018, p. 67), “a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, principal liderança sindical do ABC Paulista para a presidência do Brasil em 2002, e sua permanência no cargo por oito anos (2003-2010), foi a confirmação da força política desse sindicalismo”. Essa conquista permitiu a abertura de novos canais de diálogo entre o movimento sindical e o governo, criando uma agenda que combinava políticas sociais, valorização do salário mínimo e incentivo ao emprego formal.

No entanto, a atuação do governo Lula também colocou uma gama de desafios ao sindicalismo. A necessidade de governabilidade e a manutenção de políticas macroeconômicas consideradas ortodoxas limitaram a capacidade de implementar reformas estruturais, como a reforma sindical e trabalhista. Conforme apontam os autores, “a decisão positiva do projeto de legalização das centrais sindicais aprovado por Lula pode ter tido o

efeito de relaxar nas novas tentativas de reformar a legislação trabalhista” (RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 76). Essa ambiguidade reflete a complexidade da relação entre um governo de origem trabalhista e um movimento sindical que historicamente se construiu na oposição.

### **Estratégias Sindicais no Contexto da Reestruturação Produtiva**

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a era Lula ilustra bem essa dualidade. Por um lado, a organização manteve sua capacidade de mobilização e conquistou aumentos salariais reais, especialmente nas montadoras e no setor de autopeças. Entre 2003 e 2015, os metalúrgicos obtiveram um aumento real acumulado de 38,7% nas montadoras e 34,0% nas autopeças (RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 86-87). Por outro lado, o sindicato teve que lidar com a redução do número de empregos no setor, resultado da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho. A região do Grande ABC, por exemplo, perdeu quase 115 mil trabalhadores metalúrgicos entre 1985 e 2016 (RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 81).

A estratégia do sindicato, nesse contexto, foi a de ampliar sua atuação para além das questões estritamente corporativas, envolvendo-se em debates sobre desenvolvimento regional e políticas públicas. Como observam os autores, “o sindicalismo metalúrgico no ABC adotou a postura de que, no atual estágio das relações entre capital e trabalho na região, a melhor forma de defesa dos interesses específicos de sua categoria seria colocá-la também como parte dos interesses mais gerais” (RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 71). Essa abordagem permitiu ao sindicato manter sua relevância política e social, mesmo em um cenário de transformações econômicas adversas.

### **Teorias sobre a Relação entre Sindicatos e Estado**

A participação do governo Lula no sindicalismo também pode ser analisada à luz de teorias que entendem os sindicatos como atores que oscilam entre a luta de classes e a institucionalização. Para Hyman e Gumbrell-McCormick (2001, apud RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 74), os sindicatos são “agências de classe”, mas também se integram parcialmente à ordem social por meio de suas conquistas. Durante os governos Lula, essa integração se deu por meio de políticas que, embora não alterassem a estrutura capitalista, promoveram inclusão social e redistribuição de renda. Cardoso (2016, apud RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 76) ressalta que Lula trouxe de volta o Estado como indutor do

crescimento e coordenador da sociabilidade capitalista, o que gerou expectativas e aspirações dos trabalhadores.

Contudo, a proximidade com o governo também gerou críticas sobre o risco de cooptação e o afastamento das bases. A redução do número de greves durante os governos Lula, em comparação com o período FHC, pode ser interpretada como um sinal de acomodação. No entanto, os autores argumentam que a natureza das greves mudou, com paralisações focadas em questões nacionais, como a regulamentação da terceirização, demonstrando que o sindicato continuou a exercer pressão sobre o governo quando necessário (RAMALHO; RODRIGUES, 2018, p. 91-92).

### **O Transformismo como Estratégia de Cooptação**

Se, por um lado, a ascensão de um ex-sindicalista à Presidência da República simbolizou a chegada ao poder de setores historicamente marginalizados, por outro, essa proximidade resultou em um processo intenso de cooptação e transformismo que redefiniu o caráter e as estratégias das centrais sindicais. Conforme analisa Soares (2013, p. 541), “as centrais são parte integrante desse processo, já que aderiram ao governo Lula sendo por ele cooptadas, bem como se adaptaram ao processo de reestruturação produtiva e precarização do trabalho impostos pelo patronato”.

Esse fenômeno pode ser compreendido a partir do conceito gramsciano de transformismo, que, segundo Soares (2013, p. 548), consiste na “absorção, em caráter individual ou “de grupo”, de intelectuais (elementos ativos) das classes subalternas pelas classes dominantes”. No contexto do governo Lula, isso se materializou por meio da ocupação de cargos estratégicos no Estado por dirigentes sindicais, da legalização das centrais sindicais pela Lei nº 11.648/2008 e do repasse de vultosos recursos públicos, como parte do imposto sindical, que chegou a R\$ 84,3 milhões em 2010 (SOARES, 2013, p. 543). Essa política criou uma relação de dependência financeira que, segundo Antunes (2011b, apud SOARES, 2013, p. 549), selou “outro passo crucial para a cooptação”.

### **A Financeirização da Burocracia Sindical**

Um dos aspectos mais críticos dessa relação foi a financeirização da burocracia sindical. Conforme argumentam Braga e Bianchi (2011, apud SOARES, 2013, p. 551), o vínculo orgânico entre a alta burocracia sindical e os fundos de pensão “pavimentaria o caminho sem

volta do ‘novo sindicalismo’ na direção do regime de acumulação financeira globalizada”. Dirigentes sindicais passaram a ocupar cargos em conselhos de administração de estatais como a Petrobras e o BNDES, o que, segundo Francisco de Oliveira (2006, apud SOARES, 2013, p. 550), teria dado origem a uma “nova classe” social, distanciada dos interesses históricos da classe trabalhadora.

Esse processo de transformismo teve impactos diretos na capacidade de mobilização e negociação do movimento sindical. A atuação no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), instituído em 2003, exemplifica como as centrais, em especial a CUT e a Força Sindical, foram incorporadas a uma lógica de concertação social que limitou sua autonomia. Soares (2013, p. 547) observa que “a atuação conjunta das duas centrais foi preponderante para o andamento das discussões no fórum”, mas ressalta que a representação dos trabalhadores foi centralizada nas cúpulas, excluindo as bases sindicais.

### **A Reforma Sindical e a Crítica da Esquerda**

A reforma sindical proposta pelo governo Lula foi amplamente criticada por setores à esquerda do movimento sindical. De acordo com Antunes (2006, apud SOARES, 2013, p. 553), a reforma era “a negação da autonomia, da liberdade e da independência sindicais”, ao transferir o poder de negociação para as centrais, estabelecer limites mínimos de representação e substituir o imposto sindical por uma contribuição compulsória. Essa reforma, longe de romper com a estrutura corporativista, aperfeiçoou o sindicalismo de Estado, beneficiando o que Soares (2013, p. 554) chama de “peleguismo e neopeleguismo”.

Paradoxalmente, enquanto as cúpulas sindicais se aproximavam do governo, as bases operárias mantinham certo nível de mobilização. Soares (2013, p. 548) cita dados do Dieese que registram 411 greves em 2008, “cerca de 100 a mais que o montante de greves que vinha sendo mantido ao longo dos anos anteriores”. No entanto, a falta de uma direção comprometida com a autonomia classista resultou em mobilizações fragmentadas e pouco efetivas.

O governo Lula também foi marcado pela aprofundação da precarização do trabalho, com a flexibilização das relações laborais e a expansão de formas atípicas de emprego. Soares (2013, p. 557) destaca que, mesmo com a participação de sindicalistas no governo, “não houve nenhuma resistência organizada importante, por parte das centrais, contra a retirada de direitos

dos funcionários públicos”. Medidas como a contratação por “pessoa jurídica” e a Lei do Super Simples consolidaram um cenário de desregulamentação e insegurança laboral.

Portanto, é possível dizer que a participação do governo Lula na atuação sindical foi ambígua e profundamente transformadora. Se, por um lado, representou a conquista do poder por um projeto histórico, por outro, acarretou em uma crise de identidade e representatividade. O movimento, ao abraçar os mecanismos tradicionais de reprodução e se apegar às benesses do Estado, fortaleceu sua cúpula em detrimento de suas bases. Conforme sintetiza Cardoso (2015, p. 515), o sindicalismo "continuará, com isso, lutando por direitos e salários nas negociações coletivas, mas terá perdido a chance de ter papel relevante na renovação do 'espírito do tempo'". A passagem do "sindicato do contra" ao "sindicato do governo" concretizou uma conquista que antes parecia impossível, mas, ao mesmo tempo, abriu um abismo entre a liderança e os representados, cujos desdobramentos ainda ecoam na estrutura sindical brasileira.

É possível dizer, portanto, que a participação do governo Lula no sindicalismo caracterizou-se por um intenso processo de transformismo e cooptação, que redefiniu a relação entre o Estado e o movimento sindical. Se, por um lado, houve o reconhecimento legal das centrais e a inclusão de sindicalistas em espaços de poder, por outro, isso se deu à custa da autonomia e da capacidade de mobilização classista. Como sintetiza Soares (2013, p. 560), “o apoio das centrais sindicais ao governo as impede de apresentar reivindicações mais ousadas”, priorizando a concertação social em detrimento do confronto com o patronato. O legado desse período é a constatação de que a verdadeira emancipação da classe trabalhadora depende da construção de um sindicalismo livre e independente, distante da lógica do capital.

#### **4. A INSERÇÃO SINDICAL NO GOVERNO LULA E O IMPACTO POSTERIOR– Uma Síntese Analítica**

Este capítulo tem como objetivo analisar o envolvimento dos sindicatos no Governo. Para tanto, serão utilizadas notícias, dados de órgãos públicos e bibliografia especializada, a fim de embasar e corroborar a análise proposta.

Conforme analisa OLIVEIRA (2004, p. 2), a partir dos anos 1990, o Brasil inseriu-se no paradigma da globalização neoliberal, com políticas de liberalização e privatização que pressionaram pela flexibilização da legislação trabalhista. Durante os governos de Fernando Collor e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma série de medidas foi implementada, alterando pontualmente a normatização das relações de trabalho. Entre elas, OLIVEIRA (2004, p. 4) destaca a "nova lei de cooperativas, desresponsabilizando-as do cumprimento dos direitos trabalhistas; a denúncia da Convenção 158 da OIT, facilitando a demissão imotivada; a possibilidade da suspensão temporária do contrato de trabalho; a eliminação da política de reajuste salarial através do Estado; a instituição do trabalho temporário, do trabalho por tempo determinado, do trabalho parcial, da Participação nos Lucros e Resultados e o Banco de Horas". Esse conjunto de políticas, associado a mudanças no "chão de fábrica", levou a um quadro crescentemente desfavorável aos trabalhadores, com uma significativa queda do emprego formal e um discurso que desqualificava a defesa de direitos sociais como "corporativismo" (OLIVEIRA, 2004, p. 4).

Foi neste contexto de desmonte e de ataques ao sindicalismo que Lula chegou ao poder. Sua eleição, como aponta OLIVEIRA (2004, p. 1), não poderia deixar de significar um marco, dada sua condição de "autêntica liderança popular" e a tradição socialista do PT. O movimento sindical, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual Lula foi um dos fundadores, esperava não apenas a interrupção do processo de flexibilização, mas a construção de um novo padrão de relações de trabalho, mais democrático e com maior participação social. A estratégia do novo governo para enfrentar essa herança e mediar as expectativas de sua ampla e heterogênea base de apoio foi a promoção do "diálogo social" e da "concertação". O governo Lula buscou institucionalizar espaços de negociação tripartite (Estado, empresários e trabalhadores) inéditos na história do país. Três experiências se destacaram nesse primeiro ano: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) (OLIVEIRA, 2004, p. 7).

O CDES, um conselho consultivo presidencial, foi criado para assessorar o presidente na formulação de um "novo contrato social". Sua composição, com nomes expressivos de diversos segmentos, incluindo empresários e sindicalistas, conferiu-lhe prestígio imediato. O CDES emitiu "Cartas de Concertação" e posicionou-se sobre reformas estruturais. No entanto, suas possibilidades esbarraram na "rigidez" da política econômica do governo, evidenciando uma tensão entre a "razão comunicativa" do diálogo e a "razão instrumental" dos imperativos macroeconômicos (OLIVEIRA, 2004, p. 9-10). Para os sindicatos, o CDES era um espaço importante, mas cuja influência real sobre as decisões finais do governo era limitada.

### **A importância da MNNP**

Um avanço mais concreto para o movimento sindical, em especial no setor público, foi a criação da MNNP. Este fórum, destinado à negociação coletiva com os servidores públicos federais, representou uma ruptura com a "tradição autoritária da Administração Pública no país" e com a política de desqualificação dos servidores dos governos anteriores (OLIVEIRA, 2004, p. 10-11). A MNNP permitiu a negociação de reajustes salariais e a discussão de temas como política de carreira, representando um significativo passo na democratização das relações de trabalho no serviço público. Apesar dos desgastes, como durante a Reforma da Previdência, a Mesa conseguiu fechar os primeiros acordos coletivos em 2004, sendo comemorada pelas centrais sindicais como o início da inversão da "lógica do esvaziamento do Estado" (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

A principal arena para a discussão da reforma sindical e trabalhista foi o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Instalado em julho de 2003, o FNT foi concebido como a "grande mesa de concertação nacional" para atualizar a legislação "pela via da negociação e não da imposição" (OLIVEIRA, 2004, p. 13). De composição tripartite e paritária, o Fórum tinha o ambicioso objetivo de produzir consensos que seriam encaminhados ao Congresso Nacional. Nele, as centrais sindicais, com a CUT à frente, tiveram um espaço privilegiado para defender sua agenda histórica de "democratização das relações de trabalho", em contraposição à "flexibilização" defendida por setores empresariais (OLIVEIRA, 2004, p. 15-16).

No primeiro ano, o FNT concentrou-se na Reforma Sindical e conseguiu avançar em propostas consensuais importantes para o movimento sindical, como a legalização das centrais sindicais, o fim do imposto sindical obrigatório (substituído por uma contribuição negocial e outra associativa), a organização por ramo de atividade e a adoção do contrato

coletivo de trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 18-20). Estes pontos representavam inegáveis avanços e atendiam a antigas reivindicações do sindicalismo combativo.

A trajetória do sindicalismo brasileiro no período analisado (2003-2013) revela um movimento complexo e aparentemente paradoxal: a revitalização da ação grevista e a conquista de espaços políticos inéditos convivendo com fragilidades estruturais históricas e, posteriormente, com um cenário de refluxo e defensividade. A intersecção entre a análise de Paula Marcelino (2017), os dados estruturais de André Gambier Campos (2016) e a investigação sobre a presença sindical no governo Lula permite uma compreensão integrada desse período.

O ciclo de greves ofensivas entre 2004 e 2013, detalhado por Marcelino, foi um fenômeno marcante. Impulsionado por uma conjuntura econômica favorável, com crescimento do PIB, valorização real do salário mínimo (72% entre 2003 e 2013), redução do desemprego e expansão do emprego formal, o movimento sindical gerou conquistas salariais significativas e ampliou sua capacidade de pressão. A taxa de greves com reivindicações ofensivas atingiu 68,2% no período, um claro contraste com o caráter defensivo predominante na década de 1990 (MARCELINO, 2017). Este cenário de "retomada da luta sindical" foi, contudo, mediado pela estrutura sindical brasileira, que, conforme demonstra Campos (2016), era marcada por pulverização, baixa sindicalização (16,2%) e limitações financeiras para a maioria das entidades.

A atuação sindical neste ciclo não se deu à margem do Estado, mas em estreita relação com os governos Lula e Dilma, no âmbito da frente política neodesenvolvimentista. Como analisa Oliveira (2004), a eleição de Lula representou um marco, e sua estratégia de "diálogo social" materializou-se em espaços tripartites como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e, principalmente, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Estes fóruns institucionalizaram a participação sindical, com a CUT ocupando um lugar de destaque.

### **Quadros sindicais novos e antigos**

A composição do governo Lula com quadros sindicais foi a face mais visível dessa relação. A nomeação de figuras como Luiz Marinho (CUT) para o Ministério do Trabalho e Ricardo Berzoini (CGT) para a Previdência, entre outros, permitiu que antigas bandeiras do movimento fossem internalizadas no Estado. Conforme noticiado à época, a bancada do

governo no FNT contava com pelo menos sete ex-dirigentes ou assessores da CUT (AGÊNCIA CÂMARA, 2002; OLIVEIRA, 2004.). Esta "sindicalização" do Estado viabilizou conquistas concretas, como o reconhecimento legal das centrais sindicais via Medida Provisória, um pleito histórico do "novo sindicalismo" (PORTAL DO COMÉRCIO, 2003; CUT, 2008).

No entanto, esta inserção não significou hegemonia. A atuação dos sindicalistas no governo foi marcada pela subordinação aos interesses da grande burguesia interna, fração hegemônica na frente neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2012). O pacote de reformas trabalhistas de dezembro de 2003, amplamente noticiado (GAZETA DO POVO, 2003), exemplifica essa contradição: ao mesmo tempo que reconheceu as centrais e criava novas formas de financiamento sindical, também regulamentava o trabalho temporário, incorporando elementos de flexibilização. Como ressalta Marcelino (2017), pautas históricas do sindicalismo, como a redução da jornada para 40 horas e a regulamentação restritiva da terceirização, foram sistematicamente barradas.

A fragilidade estrutural do sindicalismo, evidenciada por Campos (2016), ajuda a explicar esses limites. Com uma base de filiação reduzida e uma estrutura pulverizada e dependente do financiamento compulsório, a capacidade de pressão autônoma do movimento era limitada. O "sindicato médio" no Brasil tinha, em 2015, apenas 1.600 trabalhadores associados, um número 6,2 vezes menor que o total de trabalhadores em sua base (CAMPOS, 2016). Essa fragilidade congênita tornava o movimento mais vulnerável aos processos de cooptação e transformismo, sem, no entanto, anular sua capacidade de luta, como demonstram os picos grevistas.

O final do ciclo neodesenvolvimentista, a partir de 2013, e a guinada conservadora pós-2016, com o governo Temer, escancararam os limites dessa estratégia. O movimento sindical, que não havia conseguido alterar profundamente sua estrutura ou a correlação de forças na sociedade, viu-se forçado a retornar a um ciclo defensivo de lutas, agora contra reformas que retiravam direitos historicamente conquistados. A maior greve geral da história do país, em 2017, foi a expressão dessa resistência em um contexto radicalmente desfavorável.

A experiência do sindicalismo brasileiro no período 2003-2010 demonstra que a ocupação de espaços de poder e a atuação em frentes políticas amplas podem render conquistas importantes e ampliar a capacidade de barganha em contextos econômicos favoráveis. Contudo, essa

estratégia mostrou-se insuficiente para superar as fragilidades organizacionais históricas do sindicalismo ou para alterar a natureza subordinada de sua inserção em um projeto de desenvolvimento hegemônico por frações da burguesia.

A análise integrada dos textos revela que a vitalidade do ciclo grevista e a influência política formal não foram capazes de conter, a longo prazo, a tendência de declínio da sindicalização, que atingiu seu menor patamar em 2023 (IBGE, 2023) nem de impedir a ofensiva conservadora que se seguiu. O legado desse período é, portanto, ambíguo: por um lado, a demonstração da importância da ação coletiva e da institucionalização de espaços de diálogo, por outro, a confirmação de que, sem uma base social organizada, representativa e com autonomia financeira e política, os avanços conquistados permanecem vulneráveis às mudanças na correlação de forças e aos ventos da conjuntura econômica e política.

A análise da relação entre o governo Lula e o sindicalismo brasileiro atinge seu ápice quando se investiga não apenas os espaços de diálogo criados, mas a própria composição do governo. A presença de figuras com passado sindical em postos-chave da administração foi um fenômeno marcante e estratégico, que moldou a condução da política trabalhista desde seu interior. Este capítulo busca elucidar essa composição, identificar as bases de origem desses atores e analisar como essa proximidade influenciou as principais medidas do primeiro ano do governo.

A nomeação de militantes históricos do sindicalismo cutista para cargos de primeiro escalão foi imediata e significativa. Conforme noticiado pela Agência Câmara de Notícias (2002), a equipe de transição do governo eleito incluía nomes como Luiz Marinho, então presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Ricardo Berzoini, ex-presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Mais do que consultores, estes nomes migraram para pastas fundamentais: Luiz Marinho assumiu o Ministério do Trabalho e Emprego, e Berzoini, o Ministério da Previdência Social. A indicação de Jaques Wagner, outro ex-dirigente da CUT, para a Casa Civil, posteriormente, reforçou esse eixo. Essa composição evidenciava uma clara intenção de Lula em aproveitar quadros sindicais não apenas para uma gestão técnica, mas para operar uma reconciliação do Estado com o mundo do trabalho após os anos FHC. Como aponta OLIVEIRA (2004, p. 15), no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), "dos 21 membros da bancada do Governo no Fórum, pelo menos 7 são ex-dirigentes ou ex-assessores da CUT, dois dos quais ex-presidentes". Esse dado quantifica a influência direta da central, em especial de sua ala "autêntica" oriunda do ABC paulista, na formulação da reforma sindical.

A principal contrapartida política imediata a essa base de apoio foi o reconhecimento legal das centrais sindicais. O governo utilizou uma Medida Provisória (MP) para conceder às centrais personalidade jurídica e o direito de participar de negociações, um antigo pleito do movimento. Conforme reportagem do Portal do Comércio (2003), o governo "cobrou consenso" para editar a MP, demonstrando a estratégia de usar os fóruns de concertação para legitimar uma demanda histórica do sindicalismo. A CUT, em artigo de seu acervo, contextualiza que a luta pelo reconhecimento das centrais era parte de uma batalha mais ampla por "liberdade e autonomia sindical", em oposição ao modelo de unicidade da Era Vargas (CUT, 2008). A medida, portanto, simbolizava a vitória de um princípio caro ao "novo sindicalismo" e era um benefício direto da presença de seus quadros no centro do poder.

O ápice desse processo foi a assinatura, em dezembro de 2003, de um pacote de decretos e medidas provisórias que consolidou a chamada Reforma Trabalhista e Sindical do primeiro governo Lula. Conforme detalhado pela Gazeta do Povo (2003), o pacote incluía: o reconhecimento definitivo das centrais, a criação do sistema de financiamento via contribuição assistencial (descontada em folha de pagamento), a regulamentação do FGTS para cooperativas de trabalho e a instituição do contrato de trabalho temporário. Este pacote era, em grande parte, a materialização dos consensos construídos no FNT, espaço onde a bancada governista, majoritariamente composta por ex-sindicalistas, atuou como mediadora.

No entanto, esta relação de proximidade também gerava contradições. A mesma reforma que atendia a antigas bandeiras sindicais, como o reconhecimento das centrais, também introduzia mecanismos de flexibilização, como a regulamentação do trabalho temporário, que eram vistos com ressalvas por setores do próprio movimento. A contradição interna ao governo, entre a base sindical e os compromissos com a estabilidade macroeconômica e setores empresariais, refletia-se na política concreta. O governo Lula, portanto, não era uma simples extensão do movimento sindical no Estado, mas um campo de disputa onde os ex-sindicalistas precisavam equilibrar suas origens com as demandas da governabilidade.

### **Tendências do sindicalismo atual**

Paradoxalmente, este momento de maior influência sindical formal na história do país coincidiu com um período de declínio acentuado da sindicalização. Dados do IBGE (2023) revelam que, em 2023, o número de sindicalizados caiu para 8,4 milhões, o menor desde 2012. Esse dado, referente ao primeiro ano do terceiro governo Lula, é a culminância de uma

tendência de longo prazo, mas que já se manifestava em seu primeiro mandato. A composição sindical do governo, portanto, não foi suficiente para reverter fatores estruturais como a informalidade, a terceirização e as mudanças no mundo do trabalho que fragilizavam a base tradicional de filiação sindical.

Em conclusão, a composição do primeiro governo Lula foi singular pela densa presença de quadros oriundos do sindicalismo, em especial da CUT, em ministérios e fóruns decisivos para a política trabalhista. Esta "sindicalização" do Estado permitiu a conquista de agendas históricas, como o reconhecimento legal das centrais, e a criação de ambientes de negociação inéditos, como o FNT e a MNNP. No entanto, essa proximidade não resultou em uma hegemonia dos interesses sindicais. As políticas implementadas foram um produto híbrido, mesclando avanços na representação com concessões a uma realidade econômica que continuava a pressionar pela flexibilização e que, em última instância, convivia com um movimento sindical numericamente mais fraco. O legado dessa composição foi, assim, a demonstração de que a ocupação de espaços de poder é crucial para a conquista de direitos, mas insuficiente, por si só, para alterar sozinho a correlação de forças mais ampla na sociedade e os rumos da economia.

## 5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender as complexas transformações pelas quais passou o sindicalismo brasileiro durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Esse período representou um marco histórico, não apenas pela eleição de um ex-líder sindical à Presidência da República, mas pela materialização de um projeto político gestado no seio do movimento sindical desde o final dos anos 1970. A chegada de Lula ao poder reconfigurou profundamente as relações entre Estado e sindicatos, promovendo um processo intenso de institucionalização, concertação social e, ao mesmo tempo, gerando tensões e dilemas quanto à autonomia e à identidade classista do movimento.

O percurso analítico iniciou-se com a distinção clássica entre o “velho” e o “novo” sindicalismo. O primeiro, herdeiro do modelo corporativista varguista, caracterizava-se pela dependência do Estado, pela estrutura piramidal e pela conciliação de classes. Já o “novo sindicalismo”, emergido no contexto das greves do ABC paulista e consolidado com a fundação da CUT em 1983, propunha uma ruptura com esse legado, defendendo a autonomia sindical, a ação direta e a construção de um projeto político próprio, materializado no Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, como demonstraram autores como Antunes e Silva (2015) e Rodrigues (2009), essa identidade contestatória foi sendo gradualmente substituída por uma postura mais negociadora e institucional, especialmente a partir dos anos 1990, em um contexto de avanço neoliberal e reestruturação produtiva.

A eleição de Lula em 2002 representou o ápice dessa trajetória, mas também o início de um paradoxo fundamental: a transição de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de gestão. Conforme argumenta Cardoso (2015), não se tratou de uma simples “cooptação” do movimento pelo Estado, mas da realização de um projeto político orgânico, no qual as lideranças sindicais passaram a ocupar postos-chave no aparelho estatal. Ministérios, agências governamentais e fóruns de diálogo tripartite, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), foram ocupados por quadros oriundos da CUT e de outras centrais, em um movimento sem precedentes na história brasileira.

Essa inserção trouxe conquistas materiais significativas para a classe trabalhadora. A valorização real do salário mínimo, a geração de milhões de empregos formais, o

fortalecimento da negociação coletiva e o reconhecimento legal das centrais sindicais por meio da Lei nº 11.648/2008 foram avanços inegáveis, que melhoraram as condições de vida de amplos setores da população. A atuação em espaços como a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) também representou um passo importante na democratização das relações de trabalho no setor público.

No entanto, essa proximidade com o Estado gerou contradições profundas. A dependência financeira decorrente do repasse de parcelas do imposto sindical, a oligarquização das direções sindicais e o afastamento das bases operárias foram alguns dos efeitos colaterais desse processo. Como destacam Soares (2013) e Antunes (2006), a “financeirização da burocracia sindical” e a atuação em fundos de pensão e conselhos de administração de estatais contribuíram para o distanciamento entre as cúpulas sindicais e os interesses históricos da classe trabalhadora.

Além disso, a estratégia de concertação social mostrou-se limitada frente à manutenção de políticas macroeconômicas ortodoxas e à resistência a reformas estruturais, como a redução da jornada de trabalho e a regulamentação restritiva da terceirização. A reforma sindical proposta pelo FNT, longe de promover a autonomia, reforçou o caráter cupulista das negociações e manteve traços do modelo corporativista anterior. Enquanto as cúpulas se aproximavam do governo, as bases operárias, especialmente em setores como a construção civil e os portos, protagonizavam greves independentes, as chamadas “greves selvagens”, sinalizando a existência de um abismo entre a direção sindical e as condições precárias vivenciadas por muitos trabalhadores.

O conceito de “transformismo”, recuperado por Soares (2013) a partir de Gramsci, mostrou-se útil para compreender a absorção de lideranças sindicais pela lógica estatal e pelo regime de acumulação financeira. Esse processo não anulou completamente a capacidade de luta do movimento, como demonstram os picos grevistas entre 2004 e 2013, mas redefiniu seu caráter, esvaziando seu potencial transformador e limitando sua capacidade de formular projetos políticos alternativos.

A crise política e econômica iniciada em 2013 e aprofundada após 2016 escancarou os limites desse modelo. A guinada conservadora, o impeachment de Dilma Rousseff e a reforma trabalhista de 2017 colocaram o movimento sindical na defensiva, obrigando-o a reagir a um cenário de retirada de direitos e precarização generalizada. A maior greve geral da história do

país, em 2017, foi um sinal de resistência, mas também da fragilidade de um movimento que não conseguiu, em seus anos de proximidade com o Estado, alterar profundamente sua estrutura ou a correlação de forças na sociedade.

Em síntese, os governos Lula representaram um período de ambiguidades e contradições para o sindicalismo brasileiro. Se, por um lado, houve a conquista de espaços de poder e a implementação de políticas sociais e trabalhistas importantes, por outro, essa proximidade resultou em um processo de institucionalização que, em muitos aspectos, atualizou a “vocação governista” historicamente presente no movimento. A passagem do “sindicato do contra” ao “sindicato do governo” significou a realiza o de um antigo projeto, mas também a perda de parte de sua autonomia e capacidade de mobiliza o classista.

O legado desse período segue vivo nos desafios atuais do sindicalismo. Em um contexto de transformações profundas no mundo do trabalho, marcado pela uberiza o, pela terceiriza o e pelo declínio acentuado das taxas de sindicaliza o, que em 2023 atingiram o menor patamar desde 2012, o movimento   desafiado a se reinventar. Para seguir relevante, será necessário recompor suas bases, ampliar a representa o dos trabalhadores precários e informais, e equilibrar a atua o institucional com a mobiliza o de base. A experiência dos governos Lula deixa claro que a ocupa o de espaços de poder   fundamental, mas insuficiente para garantir a emancipa o da classe trabalhadora. Esta depende, em última instância, da constru o de um sindicalismo livre, aut nomo e capaz de capturar os anseios de uma nova gera o de trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Conheça os outros componentes da equipe de Lula. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/24760-conheca-os-outros-componentes-da-equipe-de-lula/>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno CRH, v. 28, p. 511-527, 2015.
- BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012.
- CAMPOS, André Gambier. Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo? Texto para Discussão, n. 2262, Ipea, Rio de Janeiro, 2016.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015.
- CUT (Central Única dos Trabalhadores). As centrais sindicais brasileiras: história, concepções e formas de organização. 2008. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/as-centrais-sindicais-brasileiras-historia-concepcoes-e-formas-de-6d93>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- CUT. Reconhecimento das centrais sindicais: conquista dos trabalhadores. 2007. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/reconhecimento-das-centrais-sindicais-conquista-dos-trabalhadores>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- DE OLIVEIRA, R. Vêras. A reforma trabalhista e sindical e os desafios atuais da concertação social do Brasil. In: A questão social no novo milênio. 2004. p. 156.
- ESTANQUE, Elísio. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 103, p. 50-83, 2014.
- GAZETA DO POVO. Lula assina pacote trabalhista e sindical e cria regras para cooperativas de trabalho. Curitiba, 2003. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/lula-assina-pacote-trabalhista-e-sindical-e-cria-regras-para-cooperativas-de-trabalho-a0iqn6vflgj4ofrng93jok0ge/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

IBGE. Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40445-em-2023-numero-de-sindicalizados-cai-para-8-4-milhoes-o-menor-desde-2012>. Acesso em: 10 nov. 2025.

IBGE. PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. *Tempo Social*, v. 30, p. 53-76, 2018.

LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, p. 201-227, 2017.

POCHMANN, Marcio. *Desafios atuais do sindicalismo brasileiro*. 2005.

PORTAL DO COMÉRCIO. Governo cobra consenso para editar MP que reconhece centrais sindicais. [S. l.], 2003. Disponível em: <https://portaldocomercio.org.br/acervo/governo-cobra-consenso-para-editar-mp-que-reconhece-centrais-sindicais/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo do ABC e a Era Lula: contradições e resistências. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 67-96, 2018.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e ideologias operárias. In: *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 88-119. ISBN: 978-85-99662-99-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, p. 103-120, 1999.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. *Sociedade e Estado*, v. 28, p. 541-564, 2013.

TRÓPIA, Patrícia; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. A Reconfiguração do Sindicalismo Brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. *Opinião Pública*, v. 19, p. 81-111, 2013.

VIANNA, L. W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 3, p. 69-93, 1977. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>.

WEFFORT, Francisco. Vida e ideias de Francisco Weffort são lembradas por especialistas. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/especialistas-lembram-a-vida-e-as-ideias-de-francisco-weffort/>.

Acesso em: 13 out. 2025.